



|  |   |                    |            |
|--|---|--------------------|------------|
|  |   |                    |            |
| Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação   | 1 | Coordenador-Geral  | DAS 101.4  |
| Coordenação  | 2 | Coordenador        | FCPE 101.3 |
|  | 1 |                    | FG-1       |
|  |   |                    |            |
| Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente | 1 | Coordenador-Geral  | DAS 101.4  |
|  | 1 | Assistente         | FCPE 102.2 |
| Coordenação  | 2 | Coordenador        | FCPE 101.3 |
|  | 1 |                    | FG-1       |
|  |   |                    |            |
| Coordenação-Geral de Cooperação e Articulação de Políticas                   | 1 | Coordenador-Geral  | DAS 101.4  |
| Coordenação  | 1 | Coordenador        | DAS 101.3  |
|  |   |                    |            |
| DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, INCENTIVOS, E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS     | 1 | Diretor            | DAS 101.5  |
|  | 1 | Assistente Técnico | DAS 102.1  |
|  | 1 |                    | FG-1       |
|  |   |                    |            |
| Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento               | 1 | Coordenador-Geral  | DAS 101.4  |
|  | 1 | Assistente         | FCPE 102.2 |
| Coordenação  | 2 | Coordenador        | FCPE 101.3 |
|  | 1 |                    | FG-1       |
|  |   |                    |            |
| Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros           | 1 | Coordenador-Geral  | DAS 101.4  |
|  | 1 | Assistente         | FCPE 102.2 |
| Coordenação  | 1 | Coordenador        | FCPE 101.3 |
|  | 1 |                    | FG-1       |

DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social do Banco BBM S.Á.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA :

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira de até cem por cento no capital social do Banco BBM S.Á.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de outubro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER  
Henrique Meirelles  
Ilan Goldfajn

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 588, de 27 de outubro de 2016. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.605.

Nº 589, de 27 de outubro de 2016.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 25, de 2007 - Complementar (nº 125/15 - Complementar no Senado Federal), que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991".

Ouvidos, o Ministério da Fazenda e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§§ 17 e 18 do art. 3º, §§ 5º-L e 27 do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterados pelo art. 1º do projeto de lei complementar

"§ 17. Para fins de enquadramento no Simples Nacional, previsto no Capítulo IV desta Lei Complementar, consideram-se microempresa e empresa de pequeno porte as Organizações da Sociedade Civil - OSC, conforme o inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, relativamente às receitas não imunes ou isentas, observados os limites desta Lei Complementar, na forma do § 27 do art. 18.

§ 18. Não são passíveis de enquadramento na hipótese do § 17 as seguintes pessoas jurídicas:

I - os sindicatos e as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

II - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações."

"§ 5º-L. As atividades realizadas por organizações da sociedade civil, na forma do § 17 do art. 3º, serão tributadas conforme os Anexos I, II e V desta Lei Complementar, de acordo com a atividade desempenhada, hipóteses em que não estará incluída no Simples Nacional:

I - a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

II - os demais tributos isentos ou imunes, conforme regulamentação do CGSN."

"§ 27. Para fins do disposto no § 17 do art. 3º desta Lei Complementar, não serão computadas como receita bruta:

I - contribuições, anuidades ou mensalidades de associados fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados, instituidores ou mantenedores;

II - doações de pessoas físicas ou jurídicas, ainda que com encargos;

III - doações e patrocínios efetuados a projetos da entidade com apoio em leis de incentivos;

IV - transferências de recursos da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios efetuadas com base em parcerias por meio de termos de fomento, de colaboração ou de parceria, de contratos de gestão ou de outros instrumentos congêneres."

Razões dos vetos

"Os dispositivos violam o propósito previsto no artigo 146, inciso III, alínea 'd', e no art. 179 da Constituição, que visam criar tratamento diferenciado para micro e pequenos empreendimentos, não guardando relação com a natureza jurídica das instituições contempladas nos dispositivos ora vetados, que são entidades sem fins lucrativos."

O Ministério da Fazenda opinou, ainda, pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

|  |   |                     |           |
|--|---|---------------------|-----------|
| ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL | 1 | Chefe de Escritório | DAS 101.4 |
|  | 1 |                     | FG-1      |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE:

| CÓDIGO     | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL |             | SITUAÇÃO NOVA |             |
|------------|--------------|----------------|-------------|---------------|-------------|
|            |              | QTD.           | VALOR TOTAL | QTD.          | VALOR TOTAL |
| DAS 101.6  | 6,27         | 1              | 6,27        | 1             | 6,27        |
| DAS 101.5  | 5,04         | 3              | 15,12       | 3             | 15,12       |
| DAS 101.4  | 3,84         | 13             | 49,92       | 11            | 42,24       |
| DAS 101.3  | 2,10         | 19             | 39,90       | 6             | 12,60       |
| DAS 101.2  | 1,27         | 3              | 3,81        | 2             | 2,54        |
| DAS 101.1  | 1,00         | 3              | 3,00        | 1             | 1,00        |
|            |              | -              | -           |               |             |
| DAS 102.4  | 3,84         | 1              | 3,84        | -             | -           |
| DAS 102.3  | 2,10         | 2              | 4,20        | -             | -           |
| DAS 102.2  | 1,27         | 6              | 7,62        | -             | -           |
| DAS 102.1  | 1,00         | 10             | 10,00       | 7             | 7,00        |
| SUBTOTAL 1 |              | 61             | 143,68      | 31            | 86,77       |
| FCPE 101.4 | 2,30         | -              | -           | 2             | 4,60        |
| FCPE 101.3 | 1,26         | -              | -           | 13            | 16,38       |
| FCPE 101.2 | 0,76         | -              | -           | 1             | 0,76        |
| FCPE 101.1 | 0,60         | -              | -           | 2             | 1,20        |
|            |              |                |             |               |             |
| FCPE 102.3 | 1,26         | -              | -           | 1             | 1,26        |
| FCPE 102.2 | 0,76         | -              | -           | 3             | 2,28        |
| FCPE 102.1 | 0,60         | -              | -           | 2             | 1,20        |
| SUBTOTAL 2 |              | -              | -           | 24            | 27,68       |
| FG-1       | 0,20         | 21             | 4,20        | 20            | 4,00        |
| FG-2       | 0,15         | 10             | 1,50        | 8             | 1,20        |
| SUBTOTAL 3 |              | 31             | 5,70        | 28            | 5,20        |
| TOTAL      |              | 92             | 149,38      | 83            | 119,65      |

Parágrafo único do art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterado pelo art. 1º do projeto de lei complementar

"Parágrafo único. O Simples Nacional integra o regime geral tributário, inclusive para fins de contabilidade pública."

Razões do veto

"O tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte não se compatibiliza com seu enquadramento no regime geral tributário, medida que também feriria o princípio da transparência pública."

§ 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterado pelo art. 1º do projeto de lei complementar

"§ 2º O disposto no caput não veda a utilização de regimes aduaneiros especiais ou de incentivos à exportação."

Razões do veto

"Os regimes e incentivos tratados no dispositivo implicam em renúncia fiscal, sem indicar a maneira como as perdas de arrecadação seriam compensadas, contrariando as disposições do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conflitando assim com normas orçamentárias e comprometendo o equilíbrio fiscal."

§§ 2º e 4º do art. 34 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterados pelo art. 1º do projeto de lei complementar

"§ 2º É a Secretaria da Receita Federal do Brasil obrigada a transmitir às Secretarias de Fazenda dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma estabelecida pelo CGSN, os dados da Declaração de Operações com Cartões de Crédito - DECRED de contribuintes optantes pelo Simples Nacional e outros dados de interesse das administrações tributárias estaduais, distrital e municipais."

"§ 4º O CGSN regulamentará o disposto neste artigo."

Razões dos vetos

"Os dispositivos trazem incompatibilidades com outros comandos do próprio artigo e com outras normas do ordenamento jurídico. Além disso, tratam de normas gerais de Direito Tributário, envolvendo sigilo fiscal, e que não deveriam ser abrigadas na presente norma, tampouco constituir matéria passível de regulamentação pelo CGSN, integrado também por membros dos Estados e Municípios e sem possibilidade de ingerência sobre matéria de competência da Receita Federal do Brasil."

Art. 49-B da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, inserido pelo art. 1º do projeto de lei complementar